

SAQUET, M. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SAQUET, M., O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: SPOSITO, E.; SAQUET, M.; RIBAS, A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão/PR: UNIOESTE, 2004. p. 121-147.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: conceitos e temas**. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C. ; CORREA, R. L. (Org). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

Recebido para publicação em 20 de dezembro de 2.005.

Aceito para publicação em 10 de março de 2.006

A TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DE MILTON SANTOS: SUBSÍDIOS PARA UMA DISCUSSÃO

Cleverson Alexander REOLON*
Valmir de SOUZA**

Resumo: A teoria dos dois circuitos da economia urbana foi apresentada por Milton Santos, na década de 1970, como uma nova proposta de leitura da organização do espaço nos países **subdesenvolvidos**, sendo considerada uma ferramenta subsidiária ao planejamento regional e urbano desses países. Santos (1979) propôs uma análise espacial do meio urbano pautada nas diferenças temporais de apropriação das técnicas pelos lugares e firmas e nas diferenças de renda dos indivíduos. Sob a perspectiva da seletividade espacial o autor sugeriu o uso dos termos **circuito superior** e **circuito inferior** da economia para designar duas realidades, distintas e complementares, que habitam o mesmo espaço-tempo. Esta teoria ainda continua carente de uma discussão, tendo em vista as mudanças ocorridas nos panoramas econômico, social e político, especialmente, dos países da América Latina, nas duas últimas décadas. Por meio de revisão bibliográfica, pesquisa de dados secundários e levantamento de dados primários, este artigo procura trazer elementos que reforcem o corpo crítico em relação à teoria de Santos (1979), buscando fomentar um debate construtivo que contribua, principalmente, com formulação de uma teoria da urbanização dos países **subdesenvolvidos** que esteja de acordo com os novos padrões de produção e consumo, para que, dessa forma, possa subsidiar a atuação dos planejadores regionais e urbanos de tais países, principalmente do Brasil.

* Geógrafo. Mestrado no programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Toledo/PR. E-mail: clalex@best.com.br.

** Mestrando no programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Toledo/PR. E-mail: valmirunioeste@yahoo.com.br.

Palavras-chave: seletividade do espaço; circuitos da economia urbana; planejamento regional; desenvolvimento regional; geografia urbana.

Resumen: La teoría de los dos circuitos de la economía urbana fue presentada por Milton Santos, en la década de los 70, como una nueva propuesta de lectura de la organización del espacio en los países **subdesarrollados**, por lo tanto considerada una herramienta subsidiaria a la planificación regional y urbana de estos países. Santos (1979) propuso un análisis espacial del medio urbano pautado en las diferencias temporales de la apropiación de las técnicas por los lugares e empresas y en las diferencias de la renta de los individuos. Bajo la perspectiva de la selectividad espacial el autor sugirió el uso de los términos **circuito superior y circuito inferior** de la economía para designar dos realidades, distintas y complementares, que habitan lo mismo espacio-tiempo. Esta teoría queda aún carente de una discusión, teniendo en vista los cambios ocurridos en los panoramas económico, social y político, en especial, de los países de Latinoamérica, en las dos últimas décadas. Por medio de la revisión bibliográfica, y por una incursión en datos secundarios y levantamiento de datos primarios, este artículo busca presentar elementos para fortalecer el cuerpo crítico en relación a la teoría de Santos (1979), busca también estimular un debate constructivo que contribuya, principalmente, con la formulación de una teoría de la urbanización de los países **subdesarrollados** que esté de acuerdo con los nuevos padrones de producción y consumo, para que, de esta forma, pueda subsidiar la actuación de los planificadores regionales y urbanos de estos países, principalmente de Brasil.

Palabras-clave: selectividad del espacio; circuitos de la economía urbana; planificación regional; desarrollo regional; geografia urbana.

1. Introdução

Em que pese às dificuldades de tal mérito, este trabalho procura analisar a teoria dos dois circuitos da economia, desenvolvida por Milton Santos na década de 1970, apresentando alguns elementos que contribuam para uma prática dialética no intuito de despertar o leitor para a necessidade de uma revisão de tal teoria. Destarte, espera-se contribuir não apenas com a Geografia, Economia Regional e demais ciências do espaço, mas com todas as áreas das Ciências Humanas e Sociais.

Frente a uma estrutura monopolística de mercado, transformações intensas vêm ocorrendo nas esferas econômica e social dos países **subdesenvolvidos**, especialmente, (DUPAS, 2005; KLEIN e LUNA, 2001) Reestruturações produtivas, bem como, novas estratégias de territorialização, por parte do capital, aceleram mudanças no perfil socioeconômico da população. (BOTELHO, 2002) No bojo destes processos, a gradual abertura comercial ao mercado externo, engendrada, principalmente, a partir da década de 1990, tem culminado com o aumento da competitividade na esfera econômica, determinando mudanças de caráter crucial também em relação ao perfil das micro e pequenas empresas do Brasil.

Apesar de apresentar alguns aspectos diferenciados em comparação com os anos de 1970, o panorama social do país, pautado nas discrepâncias de rendimento da população, conserva sua estrutura. Diante de tais fatos, a teoria dos dois circuitos da economia de Santos (1979), pela peculiaridade da proposta quanto método que apresenta para a leitura do espaço urbano dos países **subdesenvolvidos**, merece ser muito mais discutida do que já foi ou tem sido.

Por meio de revisão bibliográfica de diversos trabalhos que discutem, comentam ou que apresentam resultados da aplicação da teoria dos dois circuitos da economia, este artigo procura trazer elementos que reforcem o corpo crítico em relação a ela, buscando fomentar um debate construtivo que contribua, principalmente, com a formulação de uma teoria da urbanização dos países **subdesenvolvidos** que esteja em maior consonância com a realidade,

subsidiando a atuação dos planejadores regionais e urbanos de tais países, especialmente do Brasil.

Ao longo do trabalho, são apresentados dados estatísticos coletados de fontes secundárias, como o IBGE. Não obstante, cabe aqui salientar as imensas dificuldades encontradas no levantamento de dados para a fundamentação do trabalho, principalmente ao se tratar de séries temporais, uma vez que muitas variáveis outrora incluídas em algumas pesquisas do Censo Demográfico ou Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), dentre outras pesquisas realizadas pelo IBGE, foram renunciadas ao longo do tempo. Para minimizar este problema buscou-se levantar alguns dados em pesquisas realizadas junto a duas empresas do setor terciário da cidade de Toledo, no Oeste do Paraná, bem como em entrevistas com os clientes de uma delas. Quanto às empresas, uma atua na venda de *softwares* que auxiliam o gerenciamento empresarial, também prestando serviços de assistência especializada para seus clientes, inclusive por computador, via cabo, em tempo real; a outra empresa trata-se de um comércio de artigos de 1.99, ramo de atividades que se popularizou no país, nos últimos anos, devido ao baixo preço dos produtos que comercializa.

2. Características da teoria dos dois circuitos da economia urbana

A teoria dos dois circuitos da economia urbana foi apresentada por Milton Santos, na década de 1970, como uma nova proposta de leitura da organização do espaço nos países do **Terceiro Mundo**, sendo considerada, assim, como uma ferramenta subsidiária do planejamento regional e urbano desses países. Embora, o autor já tivesse publicado alguns artigos anteriormente ao lançamento do livro "*L'espace Partagé*", na França, em 1975, foi após esta data que a teoria se tornou amplamente conhecida. No mesmo ano a obra foi publicada também em inglês sob o título "*The Shared Space*" e, em 1979, traduzida e publicada em português, sendo intitulada "**O Espaço Dividido**".

Conforme a visão de Santos (1979), os países **subdesenvolvidos** apresentam características próprias, em nada

similares aos países desenvolvidos, nem mesmo antes de sua industrialização. Tendo em vista que, durante as décadas anteriores, várias teorias sobre o planejamento econômico foram produzidas sem levar em consideração o *folk sector*² das cidades, elas acabaram encontrando barreiras quanto a sua aplicabilidade nos países **subdesenvolvidos**, por isso Milton Santos considerou a necessidade de uma nova teoria do desenvolvimento econômico para tais países, o que resultou na formulação da teoria dos dois circuitos da economia.

Em sua teoria, a principal contribuição de Milton Santos foi a apresentação de uma proposta de análise do espaço urbano pautada nas diferenças temporais de apropriação das técnicas pelos lugares e agentes produtivos, ou seja, baseada no coeficiente de tecnologia empregado pelas firmas na produção, distribuição, comércio ou prestação de serviços. Segundo o autor, em que pese os fatores organizacionais, os fatores tecnológicos³ seriam os principais responsáveis pela concentração espacial da produção e dispersão do consumo, porém, sob ressalvas quanto ao segundo aspecto, já que nos países **subdesenvolvidos** as disparidades de renda comprometem seriamente a capacidade de consumir dos indivíduos. Santos (1979, p.15) afirma que "o nível de renda também é função da localização do indivíduo, o qual determina, por sua vez, a situação de cada um como produtor e como consumidor".

Portanto, de acordo com Santos (1979, p. 29), a renda resulta em diferenças "quantitativas e qualitativas no consumo" que são, ao mesmo tempo, causa e efeito da criação ou manutenção "de dois circuitos da produção, distribuição e consumo dos bens e serviços" nas cidades dos países **subdesenvolvidos**. Com efeito, essas diferenças de produção e de consumo quanto aos lugares e camadas sociais correspondem ao que Milton Santos denominou **seletividade do espaço**. Conclui-se, assim, que a seletividade espacial possui raízes na distribuição desigual da renda entre os indivíduos da sociedade.

² Expressão utilizada por Friedmann (1961, p. 89; 1964, p. 346 apud SANTOS, 1979, p. 16) para designar o que Milton Santos considerou como circuito inferior da economia.

³ Milton Santos (1979, p. 27) fala de uma tecnologia renovada que, inclusive, diz respeito aos novos meios de difusão da informação.

Sob a perspectiva da seletividade espacial, o autor sugere o uso dos termos **circuito superior** e **circuito inferior** da economia para designar duas realidades, distintas e complementares, que habitam o mesmo espaço-tempo. Dessa forma, "cada circuito seria definido por: 1) o conjunto das atividades realizadas em certo contexto; 2) o setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo". (SANTOS, 1979, p. 33)

Quanto à produção, segundo Santos (1979, p. 33), "a diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e do circuito superior está baseada nas diferenças de tecnologia e de organização" dos agentes econômicos⁴. Sendo assim, o circuito superior responderia pelas atividades que envolvem capital intensivo e organização burocrática das firmas, ao passo que no circuito inferior é o trabalho que passa a ser intensivo, baseado numa organização primitiva das atividades. (Quadro 1)

Conforme pode ser identificado no Quadro 1, outras variáveis importantes da definição dos dois circuitos dizem respeito ao crédito, às margens de lucro e quantidade estocada de mercadorias, a ajuda governamental e dependência direta aos países estrangeiros.

⁴ Os termos agentes econômicos ou produtivos devem ser interpretados de forma muito mais ampla que aquela convencional, qual seja, que considera apenas as firmas ou empregados do setor formal da economia.

QUADRO 1 – Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos

	CIRCUITO SUPERIOR	CIRCUITO INFERIOR
Tecnologia	Uso int. de capital	Uso int. mão-de-obra
Organização	Burocrática	Primitiva, não estruturada
Capital	Importante	Escasso
Mão-de-obra	Limitado	Abundante
Salários regulares	Prevalentes	Não requeridos
Estoque	Grande quantidade e com alta qualidade	Pequenas quantidades, baixa qualidade
Preço	Fixos (em geral)	Negociáveis entre comprador e vendedor (negócio)
Crédito	De banco, institucional	Pessoal, não institucional
Margem de lucro	Pequena por unidade mas importante, dado o volume dos negócios (ex: itens de luxo)	Grande por unidade mas pequenas em relação ao volume dos negócios
Relação com clientes	Impessoal e/ou por escrito	Dieta, personalização
Custos fixos	Importantes	Negligenciáveis
Propaganda	Necessária	Nenhuma
Recuperação das Mercadorias	Nenhuma (depreciação)	Frequente
Capital de reserva	Essencial	Não essencial
Ajuda governamental	Importante	Nenhuma ou quase nenhuma
Dependência direta de países estrangeiros	Grande, orientação para o exterior	Pequena ou nenhuma

Fonte: Santos (2003, p.127).

De acordo com Santos (1979), as atividades do circuito superior possuíam fácil acesso ao crédito institucional, ao passo que, para as atividades do circuito inferior, o crédito bancário seria raro, senão perigoso, sendo uma séria ameaça ao desaparecimento das atividades representadas pelos indivíduos ou firmas que não pudessem cumprir o pagamento das promissórias estabelecidas. Deste modo, o crédito ao circuito inferior seria concedido, em certos casos, pelos próprios atacadistas, semi-atacadistas ou grandes comerciantes do mercado, geralmente sob a forma de adiantamento em mercadorias. Santos (1979, p. 187) asseverava que "quanto mais se desce na escala dos intermediários, mais diminuem o tamanho das operações e os prazos, e mais aumentam os riscos e as taxas de juros". Quanto aos consumidores, a pobreza e o desemprego acabam determinando sua dependência em relação ao crédito pessoal, também devido a esses

fatores, muitas vezes torna-se inviável seu acesso aos bens do circuito superior, "implantado longe dos bairros pobres e cujo crédito é reservado às pessoas que podem pagar". (SANTOS, 1979, p. 188)

As margens de lucro por unidade seriam maiores no circuito inferior e menores no circuito superior. Isso porque, conforme Santos (1979), no circuito inferior, a quantidade de mercadorias comercializadas por cada agente é menor, por isso também o nível de produtos estocados é baixo. Diante desta colocação, poder-se-ia pensar o seguinte: se a quantidade de indivíduos de classe média (que atua nos dois circuitos da economia) e baixa é superior ao número de indivíduos de alta renda, então a quantidade comercializada por um agente do circuito inferior deveria ser maior do que aquela quantidade comercializada por um agente do circuito superior da economia, o que de fato não ocorre. Esta colocação será retomada mais adiante, em virtude de que, para seu maior esclarecimento, torna-se necessário recorrer aos conceitos de **alcance espacial mínimo** e **alcance espacial máximo** das atividades econômicas, sugeridos na teoria das localidades centrais de Walter Christaller de 1933.

Milton Santos chama a atenção para o Estado, sendo um dos elementos mais importantes da teoria dos dois circuitos da economia, inserindo-se na gênese das desigualdades sociais e econômicas dos países. As diversas formas de subsídios e demais benefícios e contribuições do Estado ao circuito moderno da economia acabam perpetuando o subdesenvolvimento de diversos países. Neste caso, a atuação do Estado pode ser de maneira direta ou indireta, tácita ou explícita, como isenções fiscais para instalação de indústrias ou demais estabelecimentos comerciais, financiamento de grandes firmas, ampliação da infra-estrutura, formação de indústrias de base, formação profissional, etc. Em todo caso, como afirma Santos (1979, p. 125), tudo isso "leva invariavelmente ao agravamento da dependência externa do país e faz a população sofrer as cargas fiscais⁵, sem mesmo dar a contrapartida de uma melhoria da situação de emprego ou de aumento de bem-estar".

⁵ Santos (1979) afirma que uma prática muito comum nos países subdesenvolvidos é a cobrança de impostos indiretos, que acabam favorecendo as grandes firmas, na medida em que é transferida à massa da população o ônus resultante da modernização do país.

Por outro lado, o Estado nos países **subdesenvolvidos** também acaba favorecendo uma situação de dependência direta aos países estrangeiros na medida em que, beneficiando a instalação das grandes firmas transnacionais, de caráter monopolístico em relação ao mercado, em detrimento das massas populares, promove uma divisão internacional do trabalho bastante desigual, marcada, sobretudo, pela importação de bens de capital e insumos que demandam alta tecnologia em sua fabricação, em corolário à exportação de bens de baixo valor agregado.

Outras diferenças quanto ao preço dos produtos, relação com os fregueses, custos fixos na atividade, propaganda, reciclagem ou reutilização de mercadorias, etc. também podem ser identificadas entre os dois circuitos, tal como exposto anteriormente no Quadro 1.

Em síntese, nas palavras de Santos (1979, p. 29), o circuito superior seria "resultado direto da modernização tecnológica", consistindo "nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles". O outro circuito (inferior) seria "um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas". Entretanto, é necessário salientar que não haveria uma dualidade entre os dois circuitos, pelo contrário, os dois se complementam e são interdependentes, porém, a dependência do circuito inferior em relação ao circuito superior seria maior que o oposto.

Outro aspecto importante nesta teoria, que até o momento foi apenas tangenciado ao longo deste trabalho, diz respeito às classes sociais: a classe de alta renda faria parte do circuito superior, ao passo que as classes de baixa renda se encaixam no circuito inferior, restando as classes médias, que, por sua vez, consumiriam nos dois circuitos – geralmente o consumo de bens de prestígio por esta classe se daria pela economia no consumo de bens de consumo corrente, ou seja, para consumir produtos do circuito superior, as classes intermediárias, geralmente, recorrem ao consumo de bens no circuito inferior, utilizando a possibilidade do crédito pessoal e direto, "encontrado no pequeno comércio da vizinhança". (SANTOS, 1979,

p. 39) É importante destacar, conforme Santos (1979, p. 33), que “a definição não é rígida”, podendo ocorrer vários desvios quanto ao padrão geral de consumo das classes.

Por fim, resta destacar ainda que as atividades do circuito superior seriam representadas, principalmente, pelo comércio atacadista, varejista e de serviços moderno, pela indústria urbana moderna e pelo comércio de exportação, ao passo que as atividades do circuito inferior dizem respeito às atividades de fabricação que empregam baixo coeficiente de tecnologia na produção, ao comércio varejista e atacadista não moderno e que sobrevive ao custo de um pequeno volume de mercadorias comercializadas, etc.

Embora a teoria dos dois circuitos da economia esteja muito bem estruturada e fundamentada ao longo da obra *O Espaço Dividido* de Santos (1979), é difícil compreendê-la por si só, já que, em sua formulação, o autor baseou-se, principalmente, na teoria dos lugares centrais de Christaller, embora este autor seja muito pouco citado ao longo da obra em questão.

A teoria das localidades centrais foi proposta pelo geógrafo alemão Walter Christaller em 1933. Nesta teoria, o autor procura demonstrar que a organização das cidades ocorria de tal forma que centros acabavam se ordenando hierarquicamente. (ABLAS, 1982) Embora Christaller considerasse todas as cidades como centrais, cada uma possuía um grau de centralidade distinto, medido segundo a quantidade de funções econômicas de distribuição de bens e serviços. (CARACTERIZAÇÃO, 2002; CORRÊA, 1989) O grau de centralidade que uma cidade exercia sobre a população dos demais centros acabava projetando a **área de influência** desta cidade no espaço, isto é, quanto maior fosse o grau de centralidade de uma cidade tanto maior seria sua área de influência. (CARACTERIZAÇÃO, 2002; CORRÊA, 1989)

Contudo, para uma função instalada na cidade: 1) ela necessitaria de um número mínimo de consumidores para se manter em atividade; 2) os consumidores se deslocariam até ela somente se, considerando os gastos com transporte, o custo final do produto ou serviço fosse menor do que seria se dirigissem a outro ponto de comercialização do mesmo produto ou serviço.

O que acima foi abordado corresponde àquilo que Christaller denominou **alcance espacial mínimo** e **alcance espacial máximo**. As atividades que comercializam produtos ou serviços consumidos com maior frequência necessitam de reduzido alcance espacial mínimo para se instalarem em determinado lugar, do mesmo modo, seu alcance espacial máximo também será reduzido, já que o número de comerciantes aumenta em virtude da demanda (CARACTERIZAÇÃO, 2002; CORRÊA, 1989) – isso esclarece a questão posta anteriormente, denotando também a similaridade da linha de raciocínio seguida por Milton Santos e Walter Christaller.

Por outro lado, certas atividades possuem um alcance espacial mínimo maior, pois se trata de atividades de comercialização de produtos ou serviços de valor mais elevado, resultando numa menor elasticidade de demanda em relação à elevação dos gastos com transporte. (CARACTERIZAÇÃO, 2002; CORRÊA, 1989)

De acordo com a teoria das localidades centrais, as atividades que possuíssem alcances espaciais semelhantes tenderiam a se concentrar nas mesmas localidades centrais, de modo que a diminuição de seus lucros, em virtude desta localização, fosse compensada pela co-presença das firmas, ou seja, tratam-se de economias de aglomeração. (CORRÊA, 1989) Ainda que seja um pouco forçosa esta colocação, pode-se dizer que, ao interpretar a multifacetada realidade econômica urbana dos municípios, Christaller, embora tivesse consciência disso, ingenuamente ignorou a escala microeconômica das atividades ao propor um alcance espacial mínimo e máximo para a cidade como um todo, enquanto a teoria dos dois circuitos abrange tal escala, sendo justamente este o ponto de imbricação entre as duas teorias.

Apesar de bastante eloquente, ao longo de vários anos o trabalho de Christaller foi ignorado (ABLAS, 1982), porém, a partir da década de 1960, paulatinamente, teve seu merecido reconhecimento, embora a obra tenha sido traduzida para pouquíssimos idiomas. Não obstante, dentre os autores que se debruçaram sobre a obra de Christaller fomentaram-se muitas críticas e revisões em relação a sua teoria, dentre elas, a própria teoria dos dois

circuitos da economia urbana, de Milton Santos, que, por sua vez, também parece carecer de uma revisão na atualidade.

3. Subsídios para uma discussão da teoria dos dois circuitos da economia urbana

Embora alguns autores reconheçam a obra *O Espaço Dividido* de Santos (1979) como uma das mais conhecidas e importantes de sua carreira, é conveniente lembrar que, conforme Sposito, (1999), pelo menos no Brasil, a teoria dos circuitos da economia foi pouco aplicada nos estudos acadêmicos. Dentre alguns autores que procuraram aplicar esta teoria incluem-se: Sposito (1982) Sposito, (1999), ao analisar a mobilidade populacional dos municípios de Pirapozinho e Álvares Machado, situados no interior do Estado de São Paulo; Cardoso e Cataia (2004), observando as alterações produtivas promovidas pelas grandes empresas estrangeiras e nacionais no ramo têxtil e a influência dessas empresas na organização da economia urbana no município de Americana/SP, onde estão instaladas; Mestre e Silva (2004), analisando os impactos sofridos pelas empresas de pequeno porte, que também estão localizadas no Parque Industrial Têxtil de Americana, em virtude da modernização seletiva ocorrida nos anos de 1990; Linhares (2003) *apud* Katzinsky (2004: 14), que utilizou a teoria para realizar uma “análise microespacial” do bairro Jardim Canadá, no município de Nova Lima, situado na Região Metropolitana de Belo Horizonte; e Katzinsky (2004), ao reconhecer o bairro Maracanã, do município de Colombo/PR, como um subcentro do aglomerado metropolitano de Curitiba, uma vez que mantém poucas relações com a sede do Município no qual se localiza.

Como se pôde perceber, a aplicação da teoria de Santos (1979) tem ganhado corpo em anos recentes, mas, ao que parece, ainda continua carente de uma discussão, tendo em vista as mudanças ocorridas, desde o lançamento da obra até a atualidade, nos panoramas econômico, social e político, especialmente dos países da América Latina – que estavam imersos em ardorosos regimes militares na década de 1970. Sendo assim, em virtude destes novos cenários, que

podem ser percebidos em nível local e nacional, principalmente, mas também internacional, a teoria dos dois circuitos da economia urbana tem se mostrado cada vez mais confusa frente a sua aplicabilidade, ou seja, a identificação dos circuitos da economia (superior e inferior) no meio urbano se torna cada dia mais difícil. É importante salientar, no entanto, que a teoria ainda preserva a sua essência, qual seja, propor uma visão da organização do espaço, pautado na perspectiva da seletividade espacial, que, pelo menos no Brasil ainda se mostra muito presente, conforme demonstram Klein e Luna (2001), ao pontuarem que, nos vinte anos, compreendidos entre 1980 e 2000, a distribuição de renda pouco mudou no país, pois a maior parte da renda continua sendo controlada por apenas 1% da população. A necessidade de uma revisão da obra *O Espaço Dividido* também é corroborada por Sposito, (1999, p. 51) ao afirmar que, no passado, os dois circuitos se apresentavam mais nitidamente em relação ao presente, de forma que “atualmente vemos dificuldades em sua identificação de maneira clara”.

Dentre os aspectos hodiernos que poderiam ser discutidos e que representam contra-pontos à teoria dos dois circuitos da economia, tal como proposta na década de 1970, considerou-se importante analisar o potencial econômico das micro e pequenas empresas nacionais, as mudanças que vêm ocorrendo no perfil empresarial do setor terciário da economia, a expansão do microcrédito empresarial e pessoal, a modernização do consumo das massas populacionais, bem como a modernização e difusão de tecnologias de transporte e informacionais, que proporcionam ao consumidor maior flexibilidade quanto à escolha do local de compra.

Quanto às micro e pequenas empresas, embora atualmente ainda continuem muito subordinadas, direta ou indiretamente, aos ditames das grandes indústrias, elas ganham novas definições e contornos no cenário nacional, distinguindo o panorama econômico daquele vivenciado por Santos na década de 1970. Segundo o IBGE (2004a), das 4,5 milhões de empresas ativas registradas no Cadastro Central de Empresas, em 2002, 68,3% funcionaram somente com seus

proprietários⁶, o que representa um aumento de 6,3% em relação a 2001. Também em 2004, a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX), em uma pesquisa encomendada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), constatou um aumento de 21% no total de micro e pequenas empresas exportadoras, que passaram de 5.778 para 7.002 entre 1998 e 2003. Nesta pesquisa, também foi observado um aumento das vendas externas do segmento, que cresceram 39,1% no mesmo período, atingindo US\$ 1,515 bilhão em 2003. Outrossim, órgãos como a Agência de Promoção de Exportações Brasileiras (APEX-Brasil) e programas como o de Extensão Industrial Exportadora, desenvolvido pelo Governo Federal, foram criados com a finalidade de apoiar as micro, pequenas e médias empresas no ingresso e permanência no comércio internacional.

No setor terciário – comércio e prestação de serviços – o perfil empresarial também tem mudado, fomentando sérias dúvidas quanto à definição dos dois circuitos produtivos. A exemplo, realizou-se uma pesquisa com duas empresas do município de Toledo, localizado na região Oeste do Estado do Paraná. Uma das empresas (empresa A) atua no ramo de comércio varejista na venda de artigos de 1,99, enquanto a outra (empresa B) comercializa *softwares* que auxiliam o gerenciamento empresarial, também prestando serviços de assistência especializada para seus clientes, inclusive por computador, via cabo, em tempo real. Para efeito de comparação, além do ramo de atividade, foram solicitados dados sobre o pessoal ocupado e faturamento médio mensal das duas empresas.

Nota-se, pelo grau de tecnologia empregado nos serviços prestados pela empresa B, que a analogia feita por Santos (1979) entre setor terciário e circuito inferior parece não fazer mais sentido. Por outro lado, a empresa A, que, pelo ramo de atividades e pelo poder aquisitivo do seu público-alvo, aparentemente estaria vinculada ao circuito inferior da economia, emprega 52 funcionários e possui um faturamento médio mensal de cento e cinquenta mil reais, ao passo que a empresa B possui dois sócios-proprietários e emprega outras

⁶ De acordo com o IBGE (2004a), cerca de 4.473.000 estabelecimentos tinham até quatro proprietários.

duas pessoas apenas, contando com um faturamento médio mensal de sete mil reais. Além disso, contrariando uma característica marcante que identifica o circuito inferior, a empresa A trabalha com uma margem reduzida de lucro por produto comercializado, à medida que conta com um alto giro de mercadorias e um grande estoque de produtos, armazenados em um recinto de aproximadamente 1.000 m². No intuito de estimular ainda mais a discussão, torna-se importante salientar que, a empresa A não emprega tecnologias semelhantes nem estratégias modernas utilizadas pelas grandes redes varejistas para administrar sua cadeia de suprimentos, como o *Efficient Consumer Response* ou Resposta Eficiente ao Consumidor (ECR), apesar de ser abastecida por grandes empresas atacadistas do país, como Martins S. A. e Pennacchi Ltda.

Outro ponto interessante da teoria de Santos (1979) que merece ser discutido diz respeito ao microcrédito. Com base em estatísticas divulgadas pela Secretaria de Comunicação do Governo Federal na revista Brasil, publicada em junho de 2004, pode-se dizer que boa parte das micro e pequenas empresas do país já contam com crédito institucional, desde que estejam formalizadas, sendo contempladas em programas de apoio específicos para tal setor, como o Microcrédito Produtivo Orientado, fomentados pelo Governo Federal, principalmente por intermédio de bancos públicos como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia. De acordo com a Secretaria, entre 2003 e maio de 2004, estes bancos aplicaram 37,2 bilhões de reais em crédito para micro, pequenas e médias empresas, num total de 5,3 milhões de operações efetuadas. Comparando-se os anos de 2002 e 2003, declara-se que houve aumento em 46% no volume de recursos e 65,3% no volume de operações. O substantivo crescimento das cooperativas de crédito, como o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), por exemplo, também ilustra tal fato⁷.

⁷ O número de associados do SICOOB passou de 656.000, em 1998, para 972.660, em 2002, representando um crescimento de 48,3%. As operações de crédito da Cooperativa também tiveram um aumento extraordinário no mesmo período, passando de 865 a 2.370 milhões de reais, correspondendo a um crescimento de 174% (SICOOB, 2005).

Paralelamente ao aumento do número de empresas com disponibilidade de acesso ao sistema financeiro, é grande o esforço realizado pela iniciativa privada e também pelo Estado no sentido de viabilizar crédito e acesso ao sistema bancário pelas pessoas de baixa renda, fato ilustrado pelo aumento dos programas de microcrédito idealizado pelo apoio das agências de correios (Banco Postal) e casas lotéricas do país. Conforme informações da Secretaria de Comunicação do Governo Federal, divulgadas na revista Brasil (junho de 2004: 22),

Cerca de 275 mil trabalhadores já contam com um crédito rotativo de 200 reais, após terem acesso a uma conta bancária. Entre 2003 e 2004, até maio, os bancos públicos (BNB, BASA, BB e Caixa) realizaram 964 mil operações de microcrédito, no total de 612,3 milhões de reais. O Programa CrediAmigo, do Banco do Nordeste – BNB, aplicou em 2003 e até maio de 2004 um volume de 532,5 milhões de reais em 628 mil operações. O valor aplicado em 2003 é 113% superior às suas aplicações anuais de 1999 a 2002.

A financeirização econômica também é demonstrada por Santos e Silveira (2003, p. 23):

Foi no nos últimos vinte anos que o Brasil conheceu uma extraordinária expansão dos consumos materiais e imateriais. Essa difusão não se faria sem a cooperação do crédito. Em 1999, havia 24 milhões de cartões de crédito no Brasil, detidos por pessoas que recebem mais de cinco salários mínimos. Amplas camadas da população abaixo desse umbral e não tendo acesso a cheques constituem um alvo novo para um grupo de bancos, financeiras e supermercados que decidiram financeirizar essas faixas da população. Criou-se o cartão de crédito popular, que funciona como um crédito pré-aprovado, proporcional à renda e que pode ser usado numa rede comercial credenciada.

A despeito da eficácia ou verdadeiro fim desses programas, a financeirização da economia mundial parece ser uma tendência, tendo

em vista o progressivo fortalecimento das instituições financeiras frente aos Estados, pequenas empresas e “classes e grupos sociais despossuídos” (CHESNAIS, 1996, p. 239), e isso propende implicar mudanças nas relações de consumo entre as pessoas e empresas.

A modernização das estruturas de transporte e mudanças em sua organização, reveladas pela expansão das linhas de transporte “metropolitano”⁸ entre os municípios limítrofes do interior do país⁹, bem como as novas formas de comercialização de mercadorias via Internet, televisão ou catálogo com uso do telefone, também denotam a anacronia da teoria de Santos, induzindo, em certos casos, a uma necessidade de reavaliação do limiar e limite das zonas de influência tanto do circuito inferior quanto superior da economia urbana.

Quanto a modernização do consumo consuntivo, Santos e Silveira (2003) afirmam que houve uma proliferação de equipamentos do lar em relação ao número de domicílios, dada principalmente a partir de meados da década de 1980, no Brasil. Os autores salientam que, entre os anos de 1975 e 1995, o número de objetos como fogão, geladeira, *freezers*, máquinas de lavar roupa, televisão e rádio se ampliou bastante nas diversas regiões do país, assim como também tem se expandido e se diversificado o consumo imaterial, como educação, viagens, turismo e lazer¹⁰. Porém, os autores também demonstram que, se sob certos aspectos há uma modernização do

⁸ É importante salientar que o termo utilizado (transporte metropolitano) apenas designa um sistema específico de transporte rodoviário realizado entre municípios, sendo efetuado por carros similares àqueles que realizam o transporte coletivo intra-municipal (circular) com uma escala de horários ampliada em relação aos tradicionais ônibus convencionais. Portanto, em nada tem a ver com as características urbanas das cidades.

⁹ Em anos recentes, várias linhas de transporte rodoviário “metropolitano” foram implantadas entre os municípios do Oeste do Paraná, como entre Toledo e os municípios de Cascavel, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Céu Azul, entre Cascavel e os municípios de Corbélia e de Santa Tereza do Oeste, sem contar as linhas entre Foz do Iguaçu e outros centros que cumprem sua hinterlândia. Obviamente, não há uma democratização do acesso ao transporte que satisfaça o direito de ir e vir do cidadão de uma localidade qualquer para outra que bem entender, os trajetos seguem uma lógica organizacional que privilegia os fluxos para os grandes centros regionais de produção, distribuição e consumo de serviços e mercadorias.

¹⁰ Para saber mais, consultar SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 225-243.

consumo, sob outros há uma continuidade das precárias formas de vida da população, como acesso ao esgotamento sanitário, por exemplo.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2000, o IBGE (2004b) afirma que apenas 40% da população do país era atendida pela rede de esgotamento sanitário. A situação se torna ainda mais marcante se considerar a declaração do IBGE (2000) *apud* Ministério do Meio Ambiente do Brasil (2002) de que, em 1999, a proporção entre o acesso aos serviços de saneamento básico dos ricos para os pobres era de 10 para 1 no país, ou seja, enquanto uma pessoa carente tinha acesso aos serviços, dez ricos eram beneficiados por eles.

Não obstante, as estatísticas sobre a pobreza em si já são bastante reveladoras das desigualdades socioeconômicas do país: conforme o IBGE (2003), entre os anos de 1977 e 1999 o número de pessoas que viviam abaixo da linha de pobreza aumentou de 40,7 para 53,1 milhões de habitantes, somando-se a isso, no mesmo período, o número de pessoas que viviam abaixo da linha de indigência subiu de 17,4 para 22,6 milhões de brasileiros¹¹.

O aumento factual da pobreza e das desigualdades sociais são apenas alguns dos elementos específicos que corroboram a tese de Santos (1979), reforçando a necessidade de resgatá-la sob novos paradigmas. Ademais, demonstrando outras qualidades da obra *O Espaço Dividido*, Sposito, (1999) aponta algumas características quanto a sua construção metodológica. De acordo com este autor, Santos (1979) trabalha muito bem, principalmente, a noção de escala, na medida em que "conduz" o leitor do mundo à periferia das cidades e *vice-versa*, e a noção de tempo e espaço, ao tratar o espaço como uma acumulação desigual de tempos. Além disso, Sposito, (1999) afirma ainda que a teoria dos dois circuitos da economia urbana oferece um tratamento global da economia. Portanto, a questão da

¹¹ Esta afirmação é plausível pois, mesmo que a taxa geométrica de crescimento anual do número de pobres (1,22%) e indigentes (1,19%) tenha sido menor que da população (1,81%), o PIB per capita do país, conforme os dados do IPEA (2004), cresceu a taxas anuais de 3,32%, no período analisado, resultando que o número de pobres e indigentes, ao contrário do que ocorreu, deveria ter diminuído.

totalidade se insere no discurso de Santos (1979), o que pode ser percebido no simples fato de assegurar a existência de uma classe média, que atua nos dois circuitos da economia.

De acordo com Katzinsky (2004) a questão da totalidade, em relação ao espaço urbano, está revelada pela interdependência e, mais do que isso, pela complementaridade existente entre os dois circuitos da economia. Isto implica ao observador visualizar essa sociedade, desigual como ela é, com a possibilidade de perceber as inter-relações existentes entre as diferentes classes sociais, superando o aspecto dual, ou seja, de luta de classes, que, apesar de ser um fato, por vezes pouco contribui para compreensão da dinâmica de reprodução do sistema capitalista.

Por fim, é importante salientar que os argumentos apresentados acima não têm a finalidade de projetar uma posição contrária a teoria dos dois circuitos da economia, eles apenas salientam algumas características importantes desta teoria que precisam ser repensados frente às mudanças que ocorreram no país nas últimas duas décadas, principalmente em relação ao perfil socioeconômico da população, diferenciando o panorama atual daquele vigente na década de 1970. Este artigo, portanto, busca chamar atenção ao fato de que a teoria de Santos (1979) carece de discussões ou debates mais aprofundados nas diversas instâncias acadêmicas e, quem sabe, deva ser revisada e reformulada em alguns aspectos.

4. Considerações finais

A teoria dos dois circuitos da economia, proposta por Santos (1979), é uma obra complexa, bem fundamentada e que retrata muito bem a dinâmica e as características de muitos países do **terceiro mundo** na década de 1970. Além disso, o autor anteviu cenários e descreveu fenômenos sociais e econômicos do meio urbano dos países **subdesenvolvidos** com extrema fidelidade ao que se vivencia atualmente. Por tais motivos, pode-se dizer que a proposta deste artigo não deixa de ser ousada, ao mesmo tempo em que também é desafiadora, uma vez que a dificuldade encontrada frente ao

levantamento dos dados empíricos e estatísticos é marcante, principalmente no que concerne a séries temporais.

Não obstante, sabe-se da importância e necessidade de uma teoria como esta dos dois circuitos da economia urbana formulada nos e para os países **subdesenvolvidos**, principalmente, como já observado, porque ela permite a apreensão da dinâmica do espaço urbano em sua totalidade. Santos (1979), dessa forma, apresenta um novo método de investigação, considerável, para identificação das causas das desigualdades sociais e econômicas desses países, provendo a possibilidade de uma intervenção focalizada por parte do poder público no intuito de, pelo menos, minimizar a desigualdade social.

Contudo, ao longo deste trabalho procurou-se explicitar algumas dificuldades quanto à identificação dos dois circuitos da economia na atualidade, principalmente no que se refere ao setor produtivo. Certamente, este é um obstáculo que não deve se impor a poucos pesquisadores, porém, corroborando com Sposito, (1999, p. 51), "como na obra 'O Espaço Dividido' existem afirmações ainda atualizadas, é necessário ainda uma continuação desse debate para que a teoria seja esgotada ou superada", ou então, retomada sob novos paradigmas.

5. Referências bibliográficas

ABLAS, L. A. de Q. **A Teoria do Lugar Central**: bases teóricas e evidências empíricas – estudo do caso de São Paulo. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1982. – (Estudos Econômicos; 20).

BOTELHO, A. Reestruturação produtiva e produção do espaço: o caso da indústria automobilística instalada no Brasil. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo, Fapesp, n. 15, p. 55-64, 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente do Brasil: Secretaria de Recursos Hídricos. **Avaliação das águas do Brasil**. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.multiciencia.unicamp.br>>. Acesso em: 29 jun. 2004.

BRASIL. Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República (SECOM/PR). **Revista Brasil: um país de todos**. ano 2, ed. 3, junho de 2004.

CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil. 2. **Estudos básicos para a caracterização da rede urbana**. Brasília: IPEA; Rio de Janeiro: IBGE; Campinas: Unicamp, 2002.

CARDOSO, A. M. V.; CATAIA, M. Circuito Espacial Produtivo Têxtil: as grandes empresas em Americana (SP). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6., 2004, Goiânia. **Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Goiânia: Associação do Geógrafos Brasileiros, 2004. Disponível em: <<http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo5/e5%20260.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2005.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CORRÊA, R. L. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989. – (Princípios).

DUPAS, G. A América Latina e o novo jogo global. In: DUPAS, G. (Coord.). **América Latina no início do século XXI**: perspectivas econômicas. São Paulo: Unesp, 2005. p. 313-334.

IBGE. Comunicação Social. **Aumenta o número de empresas no interior**. Rio de Janeiro: 14 out. 2004a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 out. 2004.

IBGE. Comunicação Social. **Saneamento Básico**. Rio de Janeiro: 22 mar. 2004b. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2004.

IBGE. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas de 2002**. Rio de Janeiro: 2004c.

IBGE. **Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: 2003. 1 CD-ROM.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA). **IPEADATA**. Disponível em: <<http://www.ipedata.gov.br>>. Acesso em 30 jun. 2004.

KATZINSKY, L. *A análise da relação Colombo Curitiba à luz da Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana*. 2004. Dissertação. – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

KLEIN, H. S.; LUNA, F. V. Mudanças econômicas e sociais no Brasil, 1980-2000: a transformação incompleta revisitada; In: GONZÁLES, E.; MORENO, A.; SEVILHA, R. (Orgs.). *Reflexões em torno a 500 anos de História de Brasil*. Madrid: Atriel, 2001.

SANTOS, M. *Economia Espacial: críticas e alternativas*. Tradução de Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2003. p. 125-136. – (Milton Santos; 3).

_____. *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979. – (Ciências Sociais).

_____. ; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE) – PARÁIBA. *Site Institucional*. Disponível em: <www.sebraepb.com.br>. Acesso em: 15jun. 2005.

SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB). *Site Institucional*. 2005. Disponível em: <www.sicoob.com.br>. Acesso em: 25 jun. 2005.

SPOSITO, E. S. A Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos: seu esquecimento ou sua superação? *Caderno Prudentino de Geografia*. Presidente Prudente: AGB, 1999, n. 21, p. 43-51.

SPOSITO, M. E. B. A Análise Urbana na Obra de Milton Santos. *Caderno Prudentino de Geografia*. Presidente Prudente: AGB, 1999, n. 21, p. 25-42.

Recebido para publicação em 20 de dezembro de 2.005.

Aceito para publicação em 10 de março de 2.006.

COLÔNIA VITÓRIA - GUARAPUAVA (PR): IDENTIDADE E TERRITÓRIO*

Daniel Luis STEFENON**
Márcia da SILVA***

Resumo: A abordagem aqui realizada como resultado de um trabalho de conclusão de curso de graduação, refere-se a uma área com características específicas e singulares do município de Guarapuava, no Paraná. Trata-se de um estudo sobre identidade e território em Colônia Vitória, uma colônia fundada na década de 1950 por alemães denominados de Suábios do Danúbio e que, juntamente com outras quatro colônias, forma o distrito de Entre Rios. A convivência desse grupo com o de brasileiros que em seu em torno se fixou para prestação de serviços aos alemães, é discutida por meio de aportes da subjetividade, como os valores culturais de cada grupo que levou a formação de espaços e de realidades distintas, bem como de identidades diferenciadas.

Palavras-chave: Colônia Vitória; identidade; território; identidades sócio-territoriais.

Resumen: El abordaje que aquí realizamos, resultado de un trabajo de fin de carrera, se refiere a una área de características diferenciadas en el municipio de Guarapuava, en el estado de Paraná. Se trata de un estudio sobre identidades y territorio en Colonia Vitória, una colonia fundada en la década de 1950 por alemanes, denominados Suabios del Danubio y que junto a otras cuatro colonias forman el distrito de Entre Rios. La convivencia de este grupo con el de brasileiros que se

* Este texto é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação em Geografia e base de estudos, em andamento, do curso pós-graduação *Lato Sensu*, em Geografia, sob a orientação da Profa. Dra. Márcia da Silva, na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) - Guarapuava (PR).

** Graduado em Geografia e aluno do curso de pós-graduação *Lato Sensu* pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) - Guarapuava (PR) - dstefenon@bol.com.br.

*** Profa. Dra. do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) - Guarapuava (PR) - msilva@unicentro.br.